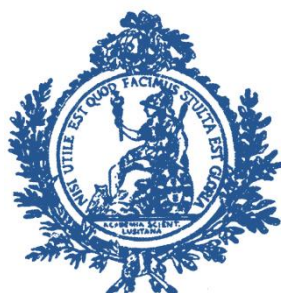


Guilherme d'Oliveira Martins

**CULTURA PORTUGUESA
E OS NOVOS DESAFIOS DA
SOCIEDADE DO CONHECIMENTO**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

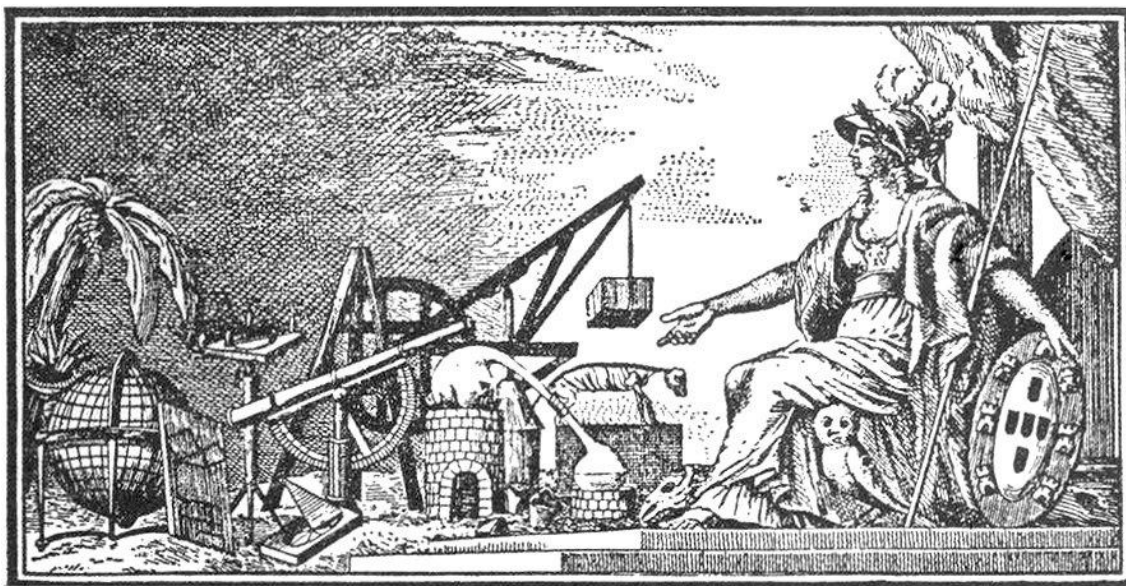
Guilherme d'Oliveira Martins

**CULTURA PORTUGUESA
E OS NOVOS DESAFIOS DA
SOCIEDADE DO CONHECIMENTO**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS



CULTURA PORTUGUESA

E OS NOVOS DESAFIOS DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

1. A cultura portuguesa é um ponto de encontro, a começar no «melting-pot» original de Finisterra, onde chegaram povos diversos que fizeram da nossa herança um cadinho heterogéneo, e a continuar na relação com o território. Orlando Ribeiro, com a intuição única do geógrafo e do historiador, identificou um «continente em miniatura», e o certo é que essa circunstância original da nossa inserção peninsular e europeia facilitou a partida para a descoberta do mundo, qualquer que se seja a explicação a encontrar. «A terra de um povo já não é um simples dado da Natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado pelas gerações onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. Uma combinação original e fecunda, de dois elementos: território e civilizações» (diz em «Introduções Geográficas à H. de Portugal», 1977). Jorge Dias falaria da capacidade de adaptação, da

simpatia humana e do temperamento amoroso dos portugueses – que teríamos assimilado por força da adaptação. Se olharmos, contudo, às mudanças profundas dos últimos anos (numa nova relação com a Europa e o mundo), percebemos que a chave não está apenas na adaptação, mas na capacidade de incorporar elementos novos, mantendo fidelidade às raízes. Tem razão Manuel Clemente ao insistir nesta ideia.

2. Estamos perante uma cultura de várias culturas, na qual a língua desempenha um papel fundamental. De facto, a língua portuguesa, com a sua afirmação universal, é expressão de diversas sensibilidades. «Gosto de ouvir o português do Brasil / onde as palavras recuperam a substância total / Concretas como frutos nítidas como pássaros / Gosto de ouvir a palavra com suas sílabas todas / Sem perder sequer um quinto de vogal. / Quando Helena Lanari dizia o “coqueiro” / O coqueiro ficava mais vegetal». Sophia disse-o melhor que ninguém em «Geografia» (1967), e no entanto bem sabemos que há muitos modos de dizer. José Eduardo Agualusa assinalou-nos que se diz esperança, desde a forma brusca à expressão suave, compassada e plena de espera. E se falamos de língua, lembremo-nos da palavra saudade: «Saudade é mais que memória: é um arquivo frio a que a saudade dá depois os vários matizes que transformam um catálogo de actos e factos numa história de pessoa» - dizia o António Alçada. E aí encontramos a melancolia, a nostalgia, a alegria, a tristeza, a desconfiança, o remorso, o egoísmo, a generosidade – afinal a lembrança e o desejo, e a ânsia de futuro. E lembremos que «em certas regiões da Malásia reza-se em português e diz-se saudade». E podemos ouvir Cesária Évora no entrecruzar dos vários sentidos da saudade. E talvez o Padre António Vieira tenha sabido libertar-se de uma saudade pretérita, tornando-a recordação e esperança, como chave da compreensão do tempo...
3. Ao falar de língua portuguesa, chegamos à diversidade, uma vez que se trata de uma língua de várias culturas e sensibilidades. É uma língua europeia projectada universalmente – a terceira língua da Europa mais falada no mundo, o que suscita responsabilidades tantas vezes mal compreendidas. E o certo é que a hospitalidade e a cordialidade permitem que a cultura se torne mais rica na abertura, no dar e no receber. Não podemos esquecer que a língua dos trovadores e dos peregrinos de Santiago está na origem do português, como sinal por excelência de hospitalidade. E em Cabo Verde fala-se de «morabeza», que é um modo espantoso de dizer disponibilidade do coração. E não há dúvidas: sempre que culturalmente nos tornamos disponíveis e nos abrimos, ganhamos. Por vezes, é certo, a resposta pronta ou o improvisado leva-nos a descurar a prevenção e a antecipação. E a verdade é que o improvisado é defeito, já que não improvisámos os Descobrimentos, nem Tordesilhas foi obra do acaso. É a capacidade de congregar, de receber e

de sintetizar que nos permite criar valor. Sérgio Buarque de Holanda, nas suas «Raízes do Brasil», fala do homem cordial, pegando numa expressão de Ribeiro do Couto, mas liga-o também à «frouxidão das instituições» e à «falta de coesão social», não pressupondo bondade, mas apenas comportamentos de aparência afectiva... De qualquer modo, a cordialidade manifesta-se num sentimento sagrado, humano e singelo. «A nossa aversão ao ritualismo é explicável, até certo ponto, nesta “terra remissa e algo melancólica”, de que falavam os primeiros observadores europeus, por isto que, no fundo, o ritualismo não nos é necessário» (diz-nos Sérgio Buarque).

4. Miguel Unamuno conta que, para Guerra Junqueiro, o Cristo espanhol «está sempre no seu papel trágico, nunca desce da cruz...», enquanto o Cristo português «anda por costas e prados e montanhas, brinca com a gente do povo, ri-se com eles, merenda, e de vez em quando, para assumir o seu papel, regressa por momentos à cruz». À parte o exagero, a verdade é que Sérgio Buarque dá o mesmo exemplo no Brasil, no Bom Jesus de Pirapora (S. Paulo), em que Cristo «desce do altar para sambar com o povo». E as festividades do Espírito Santo (dos Açores ao Brasil, sem esquecer os «tabuleiros» de Tomar) têm a mesma cor de cordialidade. De facto, a cordialidade é ambígua – vai da brandura ao brio. Unamuno (admirador sincero da nossa cultura) também afirmou, porém, ser Portugal um «povo suicida», sob o impacto dos exemplos de Antero de Quental e Manuel Laranjeira, mas também de Camilo e Soares dos Reis. O que estava em causa era a desproporção entre as tarefas realizáveis e os ideais. Perante dificuldades extremas, a doçura e a «meiguice» gerariam ferocidade e sentido suicida. Isso impressionou Unamuno, como sinal de ambiguidade, de força e de fraqueza.
5. Eduardo Lourenço tem estudado o papel do mito na cultura portuguesa, de modo lúcido e original. A polémica sobre o «reino cadaveroso», de António Sérgio, encarado como mito anti-mito, e uma leitura crítica e emancipadora dos mitos (na linha dos plantadores de «naus a haver») entronca nos sebastianismos (do suposto fundo céltico à prova póstuma da nacionalidade) e no mito renovado de Vieira e de Pessoa de um Quinto Império emancipador. Os «estrangeirados» olharam com desconfiança para dentro – e isso foi importante, sobretudo em tempos de fechamento. Mas Eduardo Lourenço procurou pôr-se na pele de quem estava dentro – ligando o próprio e o diferente, o mesmo e o outro. No fundo, para o ensaísta de «Heterodoxia», o anti-sebastianismo pode alimentar um sebastianismo sentimentalista, a espera irracional de um “desejado”, se não houver sentido crítico (sentido que Antero e a sua geração cultivaram com determinação). Importa, pois, compreender que o «sebastianismo» pode ser visto como um «avatar delirante», mas

também como símbolo de uma história complexa, que alterna momentos gloriosos e decadentes, em que a fatalidade e a vontade se entrecruzam e se alimentam mutuamente. Insista-se: mais do que recusar o mito, impõe-se, assim, assumi-lo, percebê-lo, criticá-lo e partir dele para a emancipação. António Sérgio pôs o dedo na ferida ao situar no dilema fixação / transporte o ponto crucial perante que se encontra a história portuguesa. Como afirmar a língua e a cultura esquecendo-o? Sérgio e Cortesão viram bem o drama fundamental da nossa sociedade e da nossa economia, incapazes de tirar lições da longa duração e da criação de fundamentos sólidos de acção e de eficiência. Hoje, como antes, o fundamental é saber como nos organizamos para criar riqueza. E voltemos ao «reino cadaveroso», para perceber que é o problema da educação, da cultura e da ciência que está presente – ligado à fragilidade das élites, ou seja, à fraqueza da capacidade de orientação da sociedade e da economia. Afinal, a primeira das preocupações da cultura portuguesa tem de ligar a exigência da aprendizagem e a sua qualidade, à transmissão de saberes e à melhoria do conhecimento e da compreensão. Disse-o o Infante D. Pedro a seu irmão D. Duarte na célebre Carta de Bruges, onde a fixação da riqueza e a luta contra o centralismo e a ociosidade se contrapunham à organização do Estado e da sociedade e à obrigação da aprendizagem rigorosa e crítica.

6. Muito se tem dito sobre a nossa identidade e o nosso carácter de portugueses, e a verdade é que é difícil resumir o que somos (melancólicos, saudosistas, pouco previdentes, hospitaleiros, afáveis...) – cabendo a Pessoa ser intérprete da heterogeneidade ou da «maravilhosa imperfeição» de que nos fala Eduardo Lourenço, no regresso de um povo ao cais de partida, depois da viagem à volta do mundo. As simplificações são sempre caricaturais. Afinal, somos e seremos, como não somos e não seremos, a caricatura de Zé Povinho. Uma interpretação rigorosa tem de ir sempre para além das aparências, chegando ao intrincado significado dos mitos. «Desejo ser um criador de mitos, que é o mistério mais alto que pode obrar alguém na humanidade». Pessoa di-lo e Eduardo Lourenço analisa-o – para além da construção redutora de uma vida idealizada. O mito não se confunde com caricatura. Ouvem-se os ecos: «Ficção verdadeira é só, e unicamente, Caeiro. É ele o “mito que é tudo”, a solução ideal e por ideal impossível» - afirma o ensaísta em «Pessoa Revisitado», o que é revelador da exigência de uma interpretação complexa – do mesmo modo que o é dizer: «A sua existência só por si significa que o nosso corte com a palavra que o ser pronuncia – verdade do ser e ser da verdade – não é incomensurável. Encontrar maneira de conjugar a palavra dolorosamente fechada da consciência solitária e a palavra silenciosa e aberta da realidade constitui o escopo único da sua aventura. A sua poesia é o lugar do diálogo entre ambos».

7. Consciência e realidade, eis o confronto essencial que se estabelece. Mitos e factos encontram-se e desencontram-se, sendo que só através dessas duas facetas poderemos compreender o que nos rodeia – e quem, afinal, somos. Há assim os planos mítico-fictício e fictício-temporal, povoados pelos heterónimos, mas há ainda «o lugar geométrico da ambiguidade e da oscilação» que só o ortonimo Fernando Pessoa, ele mesmo, pode ocupar. Afinal, é o Portugal de que fala Miguel Real, ao visitar o pensamento do último século (sem esquecer que mergulha as suas raízes nas mais antigas tentativas para nos descobrirmos), que está aqui presente e que vai de uma leitura providencialista a uma lógica racional – por entre ambiguidades e incertezas. Portugal não pode, contudo, comportar explicações unívocas e simplificadoras, nem de eleição nem de exclusão, precisa, sim, da força unificadora da vontade que compreenda e supere o mito. Mais do que recusar o mito, impõe-se assumi-lo, percebê-lo, criticá-lo e partir dele para a emancipação. Alexandre Herculano enalteceu por isso a vontade, reconvertendo o mito à sua dimensão de força motivadora, mas não de chave histórica providencialista. «Querer é, quase sempre, poder: o que é excessivamente raro é o querer; e o erro vulgar consiste em confundir o desejar com o querer» – diz Herculano no seu “Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal” (III, 1859, p. 46). «O desejo mede os obstáculos: a vontade vence-os».

8. Lembremo-nos, por um momento, de Bernardo Soares: «Sabemos bem que toda a obra tem que ser imperfeita e que a menos segura das nossas contemplações estéticas será a daquilo que escrevemos. Mas imperfeito é tudo, nem há poente tão belo que o não pudesse ser mais, ou brisa leve que nos não dê sono que não pudesse dar-nos um sono mais calmo ainda. E assim, contempladores iguais das montanhas e das estátuas, gozando os dias como os livros, sonhando tudo, sobretudo, para o converter na nossa íntima substância, faremos também descrições e análises, que, uma vez feitas, passarão a ser coisas alheias, que podemos gozar se viessem na tarde». Eduardo Lourenço contrapõe, por isso, ao pessimismo sem horizonte um sentido crítico baseado na imperfeição e na heterodoxia. Por isso, considera Antero como ponto de partida para a passagem da decadência à evolução crítica. Partamos da imperfeição e recusemos o fatalismo. Afinal, os «vencidos da vida» não foram cultores da decadência, mas, ao contrário, combatentes da indiferença e do conformismo. E assim no deambular pessoano encontramos a vida, sob o olhar intenso do visionário. «Quem me dera que eu fosse o pó da estrada. / E que os pés dos pobres me estivessem pisando». Rua do Arsenal, Rua da Alfândega, Cesário Verde, Lisboa revisitada, o espelho mágico partido, a passagem das horas, cartas a Ophélia, chuva oblíqua... A cada passo sente-se o tempo, diverso, heterogéneo, incerto. «Sentir

tudo de todas as maneiras, / Viver tudo de todos os lados». E há ainda a nostalgia do tempo que não regressa - «No tempo em que festejavam o dia dos meus anos / Eu era feliz e ninguém estava morto» - ou a verdadeira invocação das raízes - «Eu nunca guardei rebanhos, / Mas é como se os guardasse...». De que falamos, afinal? Os modernistas procuraram, assim, reescrever, a seu modo, o grito de alerta do Casino Lisbonense, numa noção universalista e aberta do ser e da verdade. Que são «Os Maias» senão um fresco da transição do Antigo Regime até à Regeneração dos melhoramentos materiais – bem evidente no mal-estar sentido no jantar do Hotel Central. Aí está o dilema entre a riqueza que se não cria e o crédito a que se recorre. Muito do inconformismo do Orpheu encontramos-lo no Casino, apesar das grandes diferenças, e se lermos com atenção os modernistas portugueses sentimos esse rasto. Fernando Pessoa vestiu em roupagens novas o que vem detrás de ligação entre as fontes primordiais e a acção. E Eduardo Lourenço diz, no fecho do seu imprescindível «Pessoa revisitado» (tão tardiamente percebido), que o poeta «foi uma espécie de aparição fulgurante descida das brumas culturais alheias ao nosso desterro azul, para nele inscrever em portuguesa língua o mais insubornável poema jamais erguido à condição exilada dos homens na sua própria pátria, o universo inteiro».

9. «Não tenho sentimento nenhum político ou social» (disse Bernardo Soares). A passagem é bem conhecida. O texto é mais célebre do que conhecido, uma vez que dele se conhece apenas uma simplificação. Ouvimos com devoção o «desassossego». «Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa». E acrescenta, quase ironicamente: «Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em quem se bata, o ortografia sem ípsilon, como o esgarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiu. Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa, vista e ouvida». Que nos diz Pessoa afinal? Que a expressão da língua tem a ver com a sua humanidade. A comunicação existe para definir a vida das pessoas e da sociedade. Mais do que qualquer circunstância política ou social, a cultura afirma-se no largo prazo – e a nossa relação com a palavra e a língua é fundamental para definir quem somos. A língua tem valor significativo. «A palavra é completa, vista e ouvida». E Bernardo Soares joga com essa relação, inserindo-a na própria vida. Aí está o sinal da cultura que transforma a natureza. E o certo é que em cada palavra há sempre uma longa história: a origem etimológica, a evolução semântica, a ligação às coisas e coisas da vida comum, o paradoxo dos sentidos (que leva «nunc» a ser agora e a tornar-se nunca), a estética da

representação gráfica (que levava Pessoa a recusar abismo sem ípsilon), a identificação do mundo e das pessoas e, no fundo, a capacidade de nos fazermos entender e comunicar. A língua tem um valor económico. Ninguém duvida, mas, mais do que isso, é fundamental liga-la à vontade e à criação, à execução e ao fazer.

10. Com uma notável intuição, o poeta define a sua pátria com ironia e certeza, e refere-a ao respeito das palavras e das ideias, que com elas se constroem. Por isso, não acusa os ignorantes, mas sim o resultado da ignorância, não acusa os medíocres, mas sim o resultado de mediocridade, exigindo o respeito pela expressão rigorosa da palavra, da crítica e da cultura, como transmissão da humanidade na vivência do tempo. E ouvimo-lo: «Gosto de dizer. Direi melhor: gosto de palavrar. As palavras são para mim corpos tocáveis, seres visíveis, sensualidades incorporadas». E estremecia se diziam bem, se sabiam dizer! A expressão, a voz e a ênfase mudam tudo. E, ao ouvir, tremia «como um ramo ao vento num delírio passivo de coisa movida». O respeito pela palavra não sendo um fim em si é um sinal de vontade e de vivência daquilo a que atribuímos valor. Afinal, não basta a ligação formal entre língua e pátria. Há o corpo e a terra, a voz e o rosto. É preciso entender que o que está em causa é um dever, uma responsabilidade para com a palavra que recebemos e que legamos. É do «património imaterial» por excelência que falamos, que se confunde com a identificação das coisas e a expressão dos sentimentos – como o gosto do cozido ou da bôla, do queijo e da canja, como o cantar dos alcatruzes ou as toadas das camponesas, como o modo de vindimar as uvas e de varejar as amêndoas e os figos. Que é o património senão essa comunhão entre pedras e gentes, entre costumes e ambientes, ontem e hoje, recebendo e recriando? Diria Pedro Homem de Melo: «A Pátria, realidade, / vive em nós, porque nós vivemos». E Almada Negreiros, de modo desabrido: «Ainda nenhum português realizou o verdadeiro valor da língua portuguesa (...) porque Portugal, a dormir desde Camões, ainda não sabe o verdadeiro significado das palavras». Concordo com A. M. Machado Pires que as duas linhas de pensamento dominantes na reflexão sobre a cultura portuguesa, a idealista e a racionalista, representadas por Teixeira de Pascoaes e António Sérgio têm de ser ambas consideradas “para o balanço de ser português na vida, na cultura e no mundo”. Dando maior importância ora a uma ora a outra, o certo é que os dois pólos têm de estar presentes na construção do “ser de Portugal” (para usar uma expressão de Lain Entralgo). A vontade, o sentimento de pertença, “a estruturação da Cultura e a organização do Estado”, caminhando a par (na análise de A. J. Saraiva), a construção de um imaginário, a experiência “madre de todas as cousas” (de Duarte Pacheco Pereira e de Camões), os conflitos entre a sociedade antiga e a

sociedade moderna (bem evidentes no “Portugal Contemporâneo”), a compreensão de um culto de sentimentos contraditórios, os mitos da origem, de resistência ou de predestinação, tudo isso nos permite tentar perceber quem somos e o que nos motiva e desafia. Daí termos de comparar, de ver de dentro e de fora, de cruzar saberes e campos de pesquisa. E assim, ao contrário das considerações superficiais, por exemplo, sobre a Geração de 70, Machado Pires demonstra o carácter complexo do seu pensamento e do seu magistério, a atitude crítica positiva orientada num sentido emancipador, a coerência fundamental, centrada nas preocupações ligadas à justiça e à coesão social, bem como à criação de condições concretas para pôr o coração do país a bater ao ritmo da civilização.

11. É curioso que Bernardo Soares fale emocionadamente de Vieira («Este, que teve a fama e à glória tem, / Imperador da língua portuguesa, / Foi-nos um céu também»). Trata-se do símbolo da maturidade da língua, exemplo do respeito sagrado pela palavra. E que será hoje o misterioso Quinto Império? Decerto nada que tenha a ver com poderes temporais ou com divisões blindadas. Decerto nada que tenha soluções imediatas para os problemas da dívida soberana e para a falência das economias de casino. E temos de estar alerta relativamente aos sentimentalismos que amolecem a vontade. Razão e sentimento encontram-se. O respeito sagrado pela palavra obriga a cultivarmos a dignidade do ser e do querer, a capacidade de encontrarmos os caminhos de emancipação e os antídotos contra a descrença e a autoflagelação. Vieira, falando do «nosso» Santo António de Lisboa, dizia: «não tem logo quem se queixar Portugal. Se António não nascera para o Sol, tivera a sepultura onde teve nascimento; mas como Deus o criou para a luz do mundo, nascer em uma parte e sepultar-se na outra é obrigação do Sol» (1670). O símbolo é bem ilustrativo, estamos diante de um exemplo, a língua portuguesa e as suas culturas têm de se projectar universalmente, com sentido prático, com exigência cosmopolita. Para além das nossas fronteiras, importa internacionalizar, favorecer a mobilidade e o diálogo com as comunidades culturais e científicas. A relação com a sociedade global não pode deixar-nos. Como no diálogo entre Todo o Mundo e Ninguém, de Mestre Gil (no Auto da Lusitânia), precisamos de fincar os pés na terra com a humildade necessária para podermos realizar - «semeia o agricultor em pouca terra o que depois há-de dispor em muita»... O Império de Vieira e de Pessoa é hoje império do espírito, da língua e da palavra, partindo da ideia profética de comunhão universal dos povos cristãos para o desaparecimento universal da guerra e a instauração da paz universal – considerando a razão como limite do poder, temperando virtude teológica e prudência política. Utopia? Decerto que sim, mas se hoje falamos de respeito da palavra, falamos de factores democráticos, em que insiste Jaime Cortesão, no seu humanismo universalista.

12. A cultura portuguesa não está só. Liga-se às outras culturas da língua portuguesa e tem de ser entendida como uma cultura multímota, cujo caminho tem de coordenar e articular os objectivos heterogêneos do mundo da fala portuguesa. Lembrando o dilema fixação e transporte, temos de entender que o nosso défice fundamental é ainda de aprendizagem e de capacidade inovadora. A língua e a cultura têm valor que importa aproveitar. A internacionalização da língua portuguesa é um ponto de especial importância. Temos de afirmar que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) ainda é muito modesta no seu programa de valorização da língua como elemento fundamental de um impulso moderno de inovação e de criatividade. Há um largo espaço para o desenvolvimento da cooperação internacional relativamente às culturas de língua portuguesa, nos domínios académico, científico, formativo e universitário, que tem de ser aproveitado – não apenas na lusofonia, mas atraindo novas atenções nos principais centros académicos e de cultura. Como afirmava Diogo Vasconcelos, que inesperadamente nos deixou, quando muito dele se esperaria: «a Europa precisa de mobilizar a criatividade colectiva para melhorar a sua capacidade de inovação... (...) É nos momentos de crise que podemos testar e criar novas soluções. São tempos para sermos frugais nos custos, mas exuberantes na criação de novos futuros possíveis».
13. A cultura é um factor decisivo de inovação e criatividade. Impõe-se, por isso, entendê-la como confluência do património material e imaterial, pedras mortas e pedras vivas, com a criação contemporânea – em lugar de um entendimento exclusivista entre o património herdado e a criação actual. O que está, de facto, em causa é a criação de valor. Daí que à economia da ilusão e do casino devamos ter de contrapor a cultura criadora e inovadora, capaz de se afirmar pelo valor gerado. O que a Convenção de Faro do Conselho da Europa diz tem a ver com esta preocupação. Daí que tenhamos de falar mais de desenvolvimento humano e de exigência, rigor e disciplina na educação e na formação. Se a competitividade e a criatividade são fundamentais, importa compreender que a periferia, a mediocridade e a irrelevância só podem combater-se através de melhor informação e de mais exigente educação e formação. Compreende-se a importância da internacionalização, do intercâmbio científico, educativo, artístico, profissional e cívico. A aposta na educação é fundamental. Não pode haver a tentação de diminuir a ambição nesse domínio. Mais educação e formação significa mais coesão e mais justiça – mas sobretudo permite melhor informação de modo a poder responder-se mais eficazmente aos desafios perante os quais nos encontramos. Por outro lado, o futuro da língua e da cultura tornou-se decisivo para a modernização contemporânea. A língua portuguesa é

hoje a terceira língua europeia em número de falantes no mundo. Esse número e essa perspectiva ainda não correspondem a real influência. As potencialidades existem. Há uma tomada de consciência nas economias emergentes da importância futura da língua portuguesa, na América do Sul e em África. Deste modo, o valor da língua portuguesa no mundo será maximizado, pela cooperação académica e científica, pela criação de valor através da aprendizagem, pela criação de espaços de diálogo e intercâmbio (das humanidades às ciências exactas). E impõe-se incentivar a mobilidade de estudantes e professores de modo a que haja um maior diálogo entre culturas, num contexto multilinguístico, e um melhor conhecimento das culturas da língua portuguesa. A cultura da língua portuguesa é plural, multifacetada e complexa. A mobilidade de um povo culto só pode favorecer a eficiência e a equidade, desde que haja capacidade de orientação e sentido de justiça. A crise pode ser, em suma, boa conselheira, desde que percebamos como poderemos criar valor, percebendo a força criadora de quem somos.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 25 de Março de 2010)